



MUNICÍPIO DE SETÚBAL
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL

Realizada em 04 de junho de 2025

N.º 13/2025

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e quatro e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS), Ana Rita Carvalho (CDU).

O senhor Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (PS) esteve presente em substituição do senhor Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

A senhora Vereadora Graciete Maria da Conceição Vasco (PS) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 a 8.

O senhor Vereador Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado (PPD/PSD) esteve presente em substituição do senhor Vereador Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 9 e 10.

O senhor Vereador José Manuel da Silva Lopes Pereira (PPD/PSD) esteve presente em substituição da senhora Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 11 a 13.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, António Manuel Palhas de Jesus Pereira de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 14.

Ordem de Trabalhos

- A) **Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. **Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. **Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) **Período da Ordem do Dia**
 - 1. **Deliberação n.º 355/2025 – Proposta n.º 22/2025 – GAP – Aquisição e fornecimento de servidores - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**
 - 2. **Deliberação n.º 356/2025 – Proposta n.º 23/2025 – GAP – Reforço do Sistema de Adução de Água da Bassaqueira a S. Domingos – Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados**

 1 / 31

- de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS*
3. *Deliberação n.º 357/2025 – Proposta n.º 24/2025 – GAP – Aquisição de serviços de reparação de viaturas pesadas e ligeiras afetas à atividade de remoção de resíduos – Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS*
 4. *Deliberação n.º 358/2025 – Proposta n.º 25/2025 – GAP – Aquisição de viatura limpa coletores – Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS*
 5. *Deliberação n.º 359/2025 – Proposta n.º 101/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 2716, fração E da União de Freguesias de Setúbal*
 6. *Deliberação n.º 360/2025 – Proposta n.º 102/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 2921, fração E da União de Freguesias de Setúbal*
 7. *Deliberação n.º 361/2025 – Proposta n.º 103/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 3061, fração I da União de Freguesias de Setúbal*
 8. *Deliberação n.º 362/2025 – Proposta n.º 104/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 3062, da União de Freguesias de Setúbal*
 9. *Deliberação n.º 363/2025 – Proposta n.º 105/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 2626, fração H da União de Freguesias de Setúbal*
 10. *Deliberação n.º 364/2025 – Proposta n.º 106/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 3397, fração U da União de Freguesias de Setúbal*
 11. *Deliberação n.º 365/2025 – Proposta n.º 107/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 8026, fração B da Freguesia de S. Sebastião*
 12. *Deliberação n.º 366/2025 – Proposta n.º 108/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 11652, fração R da Freguesia de S. Sebastião*
 13. *Deliberação n.º 367/2025 – Proposta n.º 109/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 13645, da Freguesia de S. Sebastião*
 14. *Deliberação n.º 368/2025 – Proposta n.º 110/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 15681, fração H da Freguesia de S. Sebastião5*
 15. *Deliberação n.º 369/2025 – Proposta n.º 111/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens*

- dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 16359, fração AK da Freguesia de S. Sebastião
16. **Deliberação n.º 370/2025 – Proposta n.º 112/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 17704, fração G da Freguesia de S. Sebastião**
 17. **Deliberação n.º 371/2025 – Proposta n.º 113/2025 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 16/2025/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviço de comunicações fixas, móveis e dados, com Assessment de Cibersegurança e NIS2, pelo período de 36 meses - Adjudicação**
 18. **Deliberação n.º 372/2025 – Proposta n.º 115/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Prorrogação do prazo da concessão do direito de exploração do estabelecimento, designado por “Delice Garden”, sito na praça do Bocage, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal**
 19. **Deliberação n.º 373/2025 – Proposta n.º 116/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca do prédio sito na Urbanização Pote de Água, Rua António Carvalho Serra, n.º 11, lote 4, fração E, 1.º-A, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal**
 20. **Deliberação n.º 374/2025 – Proposta n.º 117/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação de 7 lotes de terreno, sitos no loteamento da Nova Azeda, da Freguesia de São Sebastião – Cessão da posição**
 21. **Deliberação n.º 375/2025 – Proposta n.º 118/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Autorização para celebração de contrato de arrendamento de instalações destinadas ao funcionamento dos Serviços Municipalizados de Setúbal**
 22. **Deliberação n.º 376/2025 – Proposta n.º 73/2025 – DCDJ/DICUL – Moto Clube de Setúbal – Sado Summer Fest – Apoio financeiro**
 23. **Deliberação n.º 377/2025 – Proposta n.º 74/2025 – DCDJ/DICUL – Festas do Senhor Jesus do Bonfim 2025 – Apoio financeiro**
 24. **Deliberação n.º 378/2025 – Proposta n.º 75/2025 – DCDJ/DICUL – Apoio ao plano de atividades Rancho Folclórico de Praias do Sado**
 25. **Deliberação n.º 379/2025 – Proposta n.º 76/2025 – DCDJ/DICUL – Renovação de protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Festróia – programação Cinema Charlot 2025**
 26. **Deliberação n.º 380/2025 – Proposta n.º 93/2025 – DURB/DITA – Isenção de pagamento da taxa de vistoria ao abrigo do artigo 90.º do RJUE - Processo n.º 3/25**
 27. **Deliberação n.º 381/2025 – Proposta n.º 94/2025 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição e emissão do respetivo título - Processo n.º 244/24**
 28. **Deliberação n.º 382/2025 – Proposta n.º 95/2025 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de urbanização**
 29. **Deliberação n.º 383/2025 – Proposta n.º 96/2025 – DURB/GARIU – Continuidade de 4 painéis publicitários**
 30. **Deliberação n.º 384/2025 – Proposta n.º 97/2025 – DURB/GARIU – Continuidade de 6 painéis publicitários**
 31. **Deliberação n.º 385/2025 – Proposta n.º 114/2025 – DURB/DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à concessão do direito de exploração do estacionamento público de superfície, de utilização onerosa e de duração limitada nas zonas 1 e 2, na cidade de Setúbal – Concurso público n.º 10/CP/2009/DAF/DIPA/SECOMP**
 32. **Deliberação n.º 386/2025 – Proposta n.º 1/2025 – GAVPSD – Candidatura do Convento de Jesus de Setúbal a Património Mundial da UNESCO**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**



A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP), conforme documento anexo registado sob o n.º 15;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito da Direção Municipal de Apoio à Gestão e Projetos Estratégicos (DMAGPE), conforme documento anexo registado sob o n.º 16;
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recurso Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 17;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 18.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Vereador Nuno Cruz – Referiu que a reabilitação do Campo Municipal das Pedreiras já se encontrava em curso, tratando-se de uma obra de grande relevância para aquele território, no âmbito da promoção da prática desportiva. Informou que o campo, anteriormente em terra batida, passaria a dispor de um piso sintético, proporcionando condições adequadas à prática desportiva. Acrescentou que, após a colocação do relvado, seriam efetuadas as respetivas marcações, sugerindo, nesse contexto, a inclusão das marcações da modalidade “Flag Futebol”. Esclareceu que se trata de uma modalidade recente, atualmente em fase de implementação em vários concelhos do país, que integrará o programa dos próximos Jogos Olímpicos e que se apresenta como uma prática desportiva acessível a todas as faixas etárias. Informou, ainda, ter tido conhecimento de que existem pessoas interessadas em promover esta modalidade no concelho de Setúbal.

Sr. Vereador Pedro Pina – Referiu que a sua intervenção se relacionava com a atribuição dos Prémios APOM e, em particular, com o galardão atribuído à Câmara Municipal de Setúbal. Expressou o seu orgulho por partilhar com todos aquela distinção de âmbito nacional, a qual muito honrava o município e reconhecia a qualidade e o rigor do trabalho desenvolvido pelas equipas dos serviços da autarquia.

Informou que o Museu do Trabalho Michel Giacometti, através da Divisão de Cultura e Património e do Gabinete de Promoção e Divulgação do Património Histórico e Cultural, sob coordenação do departamento que integra ambos os serviços, em articulação com a Divisão de Comunicação, foi distinguido com o Prémio de Investigação e Difusão Científica 2025, atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia (APOM), uma das mais prestigiadas entidades do setor em Portugal.

Esclareceu que este prémio nacional foi atribuído ao projeto “Mulheres na Resistência à Ditadura em Setúbal”, desenvolvido no âmbito do programa “Venham Mais Vinte e Cincos”, através do qual o município tem vindo a assinalar, ao longo do presente mandato, os 50 anos da Revolução de 25 de Abril. Sublinhou que se trata de um projeto que presta homenagem à memória e ao papel fundamental das mulheres setubalenses na resistência ao regime

4 / 31
7

fascista, mulheres que lutaram, foram perseguidas, presas e frequentemente silenciadas pela história oficial.

Referiu que aquele trabalho de investigação e difusão científica constituía, igualmente, um ato de justiça e de reconhecimento por todas as mulheres homenageadas. Destacou que, para além da investigação exaustiva realizada, o projeto deu origem a uma exposição patente ao público no Museu do Trabalho Michel Giacometti, a um filme documental baseado em entrevistas e à edição de um *e-book*, disponível para consulta pública.

Sublinhou a importância de referir que aquele prémio foi atribuído num universo de mais de uma centena de candidaturas, facto que valorizava ainda mais a distinção obtida. Informou, por fim, que a entrega do galardão teve lugar em cerimónia pública realizada no passado dia 3 de junho, no Cineteatro Louletano, no âmbito dos Prémios APOM 2025, os quais reconhecem, a nível nacional, as melhores práticas e projetos no setor museológico.

Referiu que pretendiam deixar uma palavra de profundo agradecimento e felicitação a todos os profissionais envolvidos naquele projeto, bem como a todos os trabalhadores da Câmara Municipal, pela forma dedicada, competente e comprometida com que, diariamente, contribuíram para a divulgação da memória coletiva da democracia.

Sublinhou que esta distinção representava mais um sinal do percurso que vinha sendo trilhado por aquele executivo municipal, alicerçado numa cultura que valoriza o património, promove a participação e assume um papel ativo na construção de uma cidadania plena.

Sr. Vereador Paulo Calado – Referiu que a sua intervenção dizia respeito à situação verificada na Praia da Figueirinha, bem como noutras praias do concelho. Informou que haviam sido recebidas diversas queixas por parte de munícipes que frequentam esses espaços, apontando a insuficiência dos caixotes do lixo face à elevada afluência registada naquela fase do ano.

Sublinhou a importância de se colmatar, com celeridade, essa falha, de forma a evitar a acumulação de resíduos e os consequentes odores desagradáveis, que prejudicam a experiência de quem visita aquelas praias, sejam turistas ou residentes do concelho que ali procuram momentos de lazer.

Referiu que o PSD havia inscrito na Ordem de Trabalhos um ponto que considerava de grande relevância: “A candidatura do Convento de Jesus a Património Mundial da UNESCO”. Salientou tratar-se de uma proposta politicamente neutra, mas de extrema importância para a cidade, para a região e para o país.

Manifestou o desejo de que as restantes forças políticas pudessem acompanhar essa iniciativa, sublinhando que, embora se tratasse do início de um processo, era fundamental que o mesmo tivesse continuidade ao longo do presente mandato e nos mandatos futuros.

Sra. Vice-Presidente – Referiu que seria importante esclarecer a forma como se processava a limpeza das praias do concelho. Informou que tinham circulado fotografias da Praia da Figueirinha ao final da tarde, dando origem a algumas perceções incorretas. Esclareceu que a limpeza das praias era assegurada em parte pelos concessionários e, noutra parte, pelos trabalhadores da Câmara Municipal.

Acrescentou que a autarquia procedera à colocação dos contentores com bastante antecedência, ainda antes da abertura oficial da época balnear, razão pela qual a concessionária não terá assumido, nessa fase, a responsabilidade pela recolha dos resíduos. Assim que a Câmara Municipal se apercebeu da situação, foi de imediato acionada a recolha do lixo pelos seus serviços.

Informou que existiam duas equipas afetas à limpeza das praias, com início de atividade às 06h00: uma das equipas era responsável pela Praia da Saúde e pela Praia da Figueirinha, enquanto a outra assegurava a limpeza das restantes praias da Arrábida.

Referiu ainda que, como medida de reforço, a Câmara Municipal celebrara um contrato para a instalação de dez papeleiras compactadoras na zona ribeirinha, com capacidade superior a 120 litros, dotadas de sistema de alerta aos serviços municipais quando atingiam três quartos

da sua capacidade, o que constituía um avanço relevante, especialmente no caso da Praia da Saúde.

Relativamente às restantes praias, indicou que, em diversos casos, os contentores de maior capacidade permaneciam vazios, enquanto os mais próximos dos utentes enchiam rapidamente. Reconheceu que, na situação em apreço, terá ocorrido uma desarticulação pontual entre o concessionário e a Câmara Municipal, situação que, logo que detetada, foi prontamente resolvida.

Sr. Vereador Paulo Calado – Agradeceu a informação prestada pela Senhora Vice-Presidente.

Relativamente ao contrato celebrado com a empresa DATAREDE, recordou que, em reunião anterior, havia questionado o Senhor Presidente sobre o ponto de situação das negociações em curso, tendo, na ocasião, considerado que a resposta obtida não fora suficientemente esclarecedora.

Referiu ter lido recentemente uma entrevista do Senhor Presidente, na qual se mencionava a possibilidade de uma decisão iminente no sentido de pôr termo ao referido contrato.

Sublinhou que, atendendo à relevância do tema, o qual marcou de forma significativa o presente mandato, seria importante prestar um esclarecimento cabal sobre a matéria, manifestando o interesse da sua bancada em saber se o processo em causa teria um desfecho positivo ou negativo.

Sr. Vereador Fernando José – Referiu que se encontravam a poucos dias da realização das marchas populares, que anualmente saem à rua para trazer cor e alegria à Avenida Luísa Todi, e questionou qual seria o plano de divulgação do evento junto da população. Manifestou desconhecer se seriam utilizados *outdoors*, distribuídos *flyers* ou se a divulgação ocorreria através do jornal municipal, o qual, recordou, tinha sido recentemente amplamente distribuído. Sublinhou a importância de garantir que os munícipes estivessem devidamente informados, nomeadamente quanto à realização do desfile no dia 14.

Chamou ainda a atenção para o estado de degradação do ringue desportivo localizado junto à sede do Bicross, local onde decorriam os ensaios de uma das marchas. Recordou que no Pavilhão Municipal das Manteigadas se encontra afixada uma faixa alusiva ao facto de Setúbal ter sido, em 2016, Cidade Europeia do Desporto, aconselhando o Senhor Presidente a visitar o referido espaço para observar as condições em que os jovens o utilizavam.

Relatou que, face à inexistência de uma tabela de basquetebol, os próprios utilizadores improvisaram uma solução, tendo colocado uma lata de 20 litros de tinta, com o fundo removido, num dos postes, para simular um cesto. Sublinhou que tal situação ilustrava bem o estado de abandono daquele espaço, que já não se podia considerar, de facto, um espaço desportivo.

Referiu que na sede da ARPI, situada nas traseiras das instalações da antiga cooperativa, estavam a decorrer ensaios para as marchas populares. Informou que, no local, existia um candeeiro de iluminação pública avariado há já bastante tempo, o que obrigava as dezenas de voluntários envolvidos na preparação das marchas a ensaiarem às escuras, recorrendo a projetores para suprir a falta de iluminação. Acrescentou que a situação já havia sido reportada à Câmara Municipal, mas permanecia por resolver, sublinhando a importância de se garantir a iluminação daquele espaço, nomeadamente por razões de segurança.

Referiu ainda que se tinha verificado um problema nas obras em curso na zona da Camarinha, cuja resolução estava a ser assegurada pelos trabalhadores da Câmara Municipal, uma vez que a empresa responsável pela empreitada não executara os trabalhos de forma adequada. Informou que a mesma empresa se encontrava também a realizar a intervenção na Avenida Luísa Todi e, nesse contexto, questionou o Senhor Presidente e o Senhor Vereador Carlos Rabaçal sobre o acompanhamento que estaria a ser feito a essa obra.

Com base nos relatos que haviam recebido, expressou preocupação quanto ao desenrolar dos trabalhos, os quais, segundo a informação transmitida, não estariam a decorrer de forma

satisfatória. Considerou, por isso, necessário verificar o tipo de intervenção em curso e as condições em que a mesma estava a ser executada, dada a possibilidade de estarem a ser cometidas irregularidades.

Referiu que, por diversas ocasiões, tinha sido levantada a questão da segurança rodoviária relacionada com a ausência ou desgaste da pintura das passadeiras na cidade. Apesar das várias explicações e soluções apresentadas, verificava-se que muitas passadeiras continuavam praticamente invisíveis para os condutores. Chamou especial atenção para as passadeiras localizadas junto ao ITS, destacando tratar-se de uma zona de elevada circulação pedonal e automóvel que carecia de uma intervenção urgente.

Recordou que, no passado, tinham sido apresentadas diversas justificações para a não realização das intervenções necessárias, as quais considerou não justificadas, pelo que apelou à pronta realização de trabalhos naquele local.

Reportou ainda que vários munícipes residentes em Azeitão abordaram a situação das ruas da Jardia e da Padaria, na zona da Salmoura. Informou que os moradores tinham enviado vários emails para a Câmara Municipal de Setúbal e outras entidades, sem, contudo, terem recebido qualquer resposta da autarquia.

Adiantou que, para colmatar a ausência de asfaltamento naquela zona, os serviços municipais tinham procedido à colocação de brita com pó de pedra, o qual, segundo os relatos em seu poder, se infiltrava nos terrenos, causando o secamento das árvores circundantes.

Manifestou disponibilidade para fazer chegar ao Senhor Presidente esses relatos para seu conhecimento e solicitou uma resposta oficial que pudesse constar em ata, de forma que os moradores obtivessem o devido esclarecimento, tendo em conta que, até ao momento, não tiveram resposta por via eletrónica.

Referiu que, na Avenida Dr. António Rodrigues Manito, junto ao café “Picante”, havia sido realizada uma intervenção que se encontrava praticamente concluída. Contudo, alertou para a situação da calçada adjacente, que havia sido levantada e não tinha sido devidamente intervencionada, apresentando um abatimento que permitia o acumular das águas pluviais.

Informou que a mesma empresa responsável pela obra na Camarinha e na Avenida Luísa Todi estava a executar estes trabalhos, pelo que sugeriu que os técnicos da Câmara Municipal procedessem a uma verificação da referida anomalia.

Sr. Presidente – Relativamente ao contrato com a empresa DATAREDE, referiu que o processo estava a ser tratado com vista a uma conclusão, tendo em consideração o comportamento da referida empresa, que mantém um contrato com a Câmara Municipal. Informou que os advogados da autarquia estão a acompanhar os processos envolvidos, os quais terão o seu próprio tempo de tramitação.

Salientou que se trata de um contrato cujo valor global ascende a dezenas de milhões de euros, pelo que os responsáveis pela gestão da Câmara Municipal devem conduzir o processo de forma a não comprometer os interesses do município, quer num prazo de cinco, quer de vinte anos, até à sua eventual conclusão.

Manifestou não dispor de novidades significativas para além das informações já anteriormente prestadas sobre o processo. A última proposta apreciada em reunião de Câmara consistia na constituição de uma comissão técnica conjunta, integrada por elementos da Câmara Municipal e responsáveis da empresa, com o objetivo de encontrar soluções para um conjunto de problemas ainda por resolver. Referiu que, até ao momento, nenhuma das dificuldades identificadas tinha sido integralmente ultrapassada e que as melhorias ocorridas, se existiram, foram mínimas.

Reconheceu a abordagem adotada pelo Senhor Vereador Paulo Calado na forma como apresentou a questão, mas sugeriu que o assunto pudesse ser debatido numa reunião reservada, defendendo que a situação deveria ser tratada com a devida ponderação, tendo em conta o acompanhamento técnico e jurídico em curso.

Manifestou que não podia deixar de reconhecer, tendo já tornado público esse facto, que, apesar das várias iniciativas e medidas adotadas pela Câmara Municipal no âmbito do



contrato com a empresa, não se verificava qualquer reação positiva por parte desta. Salientou que, entre as medidas aplicadas, uma delas já fora objeto de decisão judicial favorável à Câmara, embora considerasse tratar-se de uma medida de menor relevo e relativamente simples.

Expressou estranheza quanto ao comportamento da empresa, especialmente considerando o compromisso contratual assumido por um período de 40 anos.

Propôs a realização de uma reunião com todos os vereadores, de modo que pudessem discutir com maior profundidade e detalhe alguns aspetos relacionados com a matéria em apreço.

Sr. Vereador Pedro Pina – Relativamente à intervenção do Senhor Vereador Fernando José sobre as marchas populares, referiu que, aproximando-se um período próprio para debate, confronto e apresentação de propostas, estava convencido de que o Senhor Vereador, ao abordar o tema das marchas populares de Setúbal, teria enaltecido o facto de, naquele ano, se ter alcançado um maior desenvolvimento, com um número superior de marchas a concurso e marchas extra concurso, sem prejuízo de reconhecer que existe sempre trabalho a realizar, aspetos a corrigir e espaço para melhorias.

Acrescentou que, não obstante as observações feitas pelo Senhor Vereador Fernando José, era igualmente verdade que diversas outras marchas também ensaiavam e desenvolviam outros passos, facto que não invalidava a identificação dos problemas nem a procura das respetivas soluções.

Relativamente à questão da comunicação, ponderou que talvez o Senhor Vereador, até ao momento da reunião, não tivesse recebido toda a informação disponível, contudo, pôde constatar que recentemente teve lugar, em espaço público na Praça do Bocage, uma conferência de imprensa relativa às marchas populares, com a presença da quase totalidade dos representantes das marchas, incluindo a madrinha das madrinhas, o vencedor da grande marcha de Setúbal, o presidente do júri e com intervenção do Senhor Presidente da Câmara.

Referiu ainda que a divulgação das marchas populares já se encontrava presente em outdoors na cidade, destacando, a título de exemplo, um outdoor na rotunda junto ao Continente, no percurso para Azeitão. Admitiu que, dependendo dos trajetos habituais de circulação, a informação visual poderia não ter sido devidamente observada, assegurando, no entanto, que a divulgação se iria intensificar nos próximos dias.

Sublinhou que as marchas populares de Setúbal nunca tiveram falta de público, tanto na Avenida como nos diversos espaços onde decorreram os eventos, manifestando a convicção de que todos os cidadãos estariam presentes para apoiar a grande festa popular da cidade, acompanhando as marchas, a sua vibração, o esforço e o empenho de tantos meses de trabalho por parte do movimento associativo e das coletividades.

Sr. Presidente – Relativamente à obra em curso na Avenida Rodrigues Manito, informou o Senhor Vereador que para cada intervenção existe uma comissão de acompanhamento responsável pela fiscalização, cabendo a esta comissão a elaboração dos relatórios enquanto a obra não estiver concluída.

Salientou, contudo, que tal não impede que os vereadores possam levar questões relativas à obra para discussão em reunião de Câmara, por constituírem uma forma legítima de chamar a atenção para eventuais problemas identificados.

Acrescentou que será necessário aguardar pela conclusão da obra para uma avaliação final. Reconheceu que houve evolução no processo, sendo já consensual entre muitas pessoas que a intervenção não corresponde a uma ciclovia, como por vezes fora mencionado.

Assegurou que o executivo municipal está atento ao desenrolar dos trabalhos. Relativamente às passadeiras na Avenida Luísa Todi, onde foram efetuados rebaixamentos nos passeios, observou que os materiais utilizados não correspondiam às especificações inicialmente pretendidas, facto resultante da fiscalização efetuada pelas equipas responsáveis.

Lamentou, por fim, que as empresas envolvidas não possuam atualmente as mesmas condições e capacidades técnicas que tinham em empreitadas anteriores.

Referiu que, para garantir a sua sobrevivência, as empresas são obrigadas a concorrer aos concursos públicos, os quais vencem, mas ao iniciarem os trabalhos no terreno surgem dificuldades que impedem o regular andamento das obras. Explicou que, ao acompanhar uma obra, torna-se possível identificar as razões pelas quais esta não avança, frequentemente relacionadas com a falta de mão-de-obra.

Informou que, quando o cumprimento do caderno de encargos não ocorre dentro dos prazos estipulados, procede-se à retirada da obra à empresa adjudicatária, colocando-se em seguida a questão sobre a viabilidade de iniciar um novo procedimento concursal, o que gera dúvidas quanto à capacidade da empresa que venha a substituir a anterior.

Assinalou que atualmente mais de uma dezena de empresas se encontram a trabalhar em obras no Município de Setúbal, sendo que a maioria enfrenta grandes dificuldades. Enquadrou esta situação como um problema da Administração Pública em geral, apontando que todos os presidentes de Câmara e vereadores se têm queixado, especialmente na Área Metropolitana de Lisboa, não existindo, para já, perspetivas de melhoria significativa.

Por fim, sublinhou a importância de estabelecer uma relação de confiança com as empresas contratadas, de modo que estas possam desenvolver o seu trabalho e concluir as obras com a maior brevidade possível. Recordou que os vereadores têm conhecimento de que vários concursos públicos aprovados em reunião de Câmara ficaram desertos.

Relativamente à questão da Salmoura, mencionou que o Senhor Vereador Fernando José referira que os serviços da Câmara Municipal aplicavam pó de pedra nas ruas ainda não pavimentadas, o que, segundo o mesmo, teria contribuído para o ressecamento das árvores. Esclareceu que já presenciara diversas situações em que a utilização de pó de pedra não causou danos às árvores, mas reconheceu que se trata de uma questão que será objeto de avaliação técnica pelos serviços competentes da Câmara Municipal.

No que diz respeito à situação das passadeiras, reconheceu que o problema tem vindo a prolongar-se, mas afirmou que tal não significa que a Câmara Municipal não tenha efetuado um investimento significativo nesta área. Para além das intervenções em curso no centro histórico, no início do ano letivo foi realizada a pintura de passadeiras em redor de todas as escolas do concelho, bem como noutras locais identificados pelos serviços municipais.

Informou que se encontra em curso uma empreitada para pintura de 500 passadeiras, tendo sido já concluída a pintura de 100 passadeiras em Azeitão, com posterior extensão para as restantes freguesias do concelho.

Salientou que a questão das passadeiras não é exclusiva de Setúbal, dado que, ao fim de alguns meses, as mesmas quase deixam de ser visíveis, situação que decorre, por vezes, da inadequação dos materiais utilizados, e noutras, da marcação deixada pelos pneus dos veículos. Esclareceu que, com a utilização de uma máquina lava-passadeiras, estas podem ser restauradas a boas condições visuais após lavagem.

O Município e as freguesias mantêm constante atenção a todas as questões referidas, reconhecendo que se trata de uma matéria complexa e de difícil resolução. Não se pode afirmar que a Câmara Municipal e as freguesias estejam desatentas a tais assuntos, uma vez que se encontram em curso diversas empreitadas com o objetivo de superar e colmatar as situações identificadas.

Salientou que várias das passadeiras consideradas zonas de risco foram alvo de tratamentos específicos, tendo-se verificado que alguns dos acidentes anteriormente registados nesses locais deixaram de ocorrer, o que demonstra a existência de preocupação e intervenção contínua no sentido de garantir a segurança dos utentes que circulam no território.

Relativamente às restantes questões colocadas, manifestou ter tomado nota das mesmas, agradecendo a sua apresentação.

Sr. Vereador José Manuel Pereira – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 19 e 20.



9 / 31

**“Saudação
Clube de Montanhismo da Arrábida**

No passado dia 29 de maio, assinalou-se o 43.º aniversário do Clube de Montanhismo da Arrábida, entidade que tem vindo a afirmar-se como um importante motor da promoção do desporto de natureza e do contacto com o património natural da nossa região.

Ao longo de mais de quatro décadas de atividade, o clube tem desenvolvido um trabalho notável na dinamização de modalidades como o montanhismo, a escalada, o parapente e as caminhadas, proporcionando experiências únicas a centenas de participantes e incentivando um estilo de vida ativo, saudável e em harmonia com o meio ambiente.

O envolvimento do Clube de Montanhismo da Arrábida em diversas iniciativas promovidas em parceria com a autarquia, nomeadamente no âmbito das atividades dirigidas à juventude, tem reforçado o seu papel enquanto parceiro relevante na promoção de uma cidadania ambientalmente consciente e socialmente participativa.

Neste aniversário, os vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata saúdam todos os que integram o Clube de Montanhismo da Arrábida pelo seu percurso, dedicação e contributo inestimável para a valorização da Serra da Arrábida e das suas potencialidades. Que o futuro traga novos trilhos, desafios e conquistas, sempre com o mesmo espírito de aventura, respeito pela natureza e compromisso com a comunidade.”

**“Saudação
Volei Clube de Setúbal**

Assinalam-se, este ano, o 35.º aniversário do Volei Clube de Setúbal, uma coletividade que tem deixado uma marca firme na história do voleibol da cidade e do país. Fundado em 1990, o clube consolidou-se como um exemplo de perseverança e paixão pelo desporto, especialmente pelo voleibol de praia, modalidade que ajudou a promover e valorizar ao longo das últimas décadas.

A trajetória desportiva do VCS é marcada por importantes conquistas e marcos memoráveis: desde os primeiros títulos nos escalões de formação, como o Campeonato Nacional de Gira-Volei, aos feitos históricos alcançados pelas equipas seniores masculinas, como a subida à 2.ª Divisão Nacional e a conquista da Taça Federação. Estas vitórias representam não apenas o mérito desportivo, mas também o compromisso com a formação e valorização dos atletas setubalenses.

A organização de eventos desportivos de dimensão nacional e internacional, em particular nas praias do concelho, trouxe visibilidade ao clube e à cidade, reforçando o seu papel enquanto embaixador do desporto local. A atribuição da Medalha de Honra da Cidade de Setúbal, em 2015, veio reconhecer esse trabalho contínuo, feito com entrega, dedicação e espírito coletivo.

Neste aniversário, os vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata felicitam o Volei Clube de Setúbal, atletas, dirigentes e todos os que contribuíram para a sua história. Que este percurso de sucesso continue a inspirar novas gerações, promovendo o desporto, a formação e o orgulho de representar Setúbal ao mais alto nível.”

Sr. Vereador Paulo Calado – Leu o seguinte voto de pesar, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 21

**“Voto de Pesar
Sertório Herrera**

É com profundo pesar e sentido reconhecimento que se assinala o falecimento de Sertório Herrera, personalidade marcante do associativismo social em Setúbal, ocorrido no dia 3 de junho de 2025.

Nascido em 1945, em Cabrela, no Alentejo, foi presidente da Liga Dos Amigos da Terceira Idade, em Setúbal, por mais de vinte anos.

Sertório Herrera radicou-se desde criança na cidade de Setúbal, onde construiu um percurso de vida exemplar, alicerçado no trabalho, na solidariedade e num inabalável compromisso com a sua comunidade. Desde tenra idade conciliou os estudos com o trabalho, exercendo

funções como aprendiz de sapateiro e marceneiro, refletindo desde cedo o seu espírito resiliente e dedicado.

A sua entrega ao serviço da comunidade manifestou-se de forma particularmente relevante a partir de 1974, quando integrou um movimento social iniciado no Bairro Humberto Delgado com o objetivo de apoiar idosos em situação de vulnerabilidade. Este projeto originou a criação do Serviço de Apoio Domiciliário e, mais tarde, em 1979, da Liga dos Amigos da Terceira Idade (LATI), instituição que viria a liderar durante décadas com dedicação e humanismo, tornando-a uma referência incontornável no apoio social no concelho de Setúbal. Em 2019, como forma de reconhecimento pelo seu notável contributo ao associativismo e à solidariedade, foi-lhe atribuída a Medalha de Honra da Cidade de Setúbal. No passado mês de abril, comemorou 80 anos de vida, tendo sido homenageado por colegas e amigos da LATI.

A sua partida constitui uma perda irreparável para o movimento associativo e para toda a comunidade setubalense. Os vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata expressam as mais sentidas condolências à família, amigos e à direção da LATI, enaltecendo o legado de uma vida inteiramente dedicada ao serviço dos outros. Que a sua memória permaneça viva como exemplo de entrega, solidariedade e compromisso com o bem comum.”

Sr. Vereador Nuno Cruz – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 22 a 24.

“Saudação

Pedro Neves alcança o bronze no Europeu de Wingfoil 2025

Pedro Neves, atleta do Clube de Vela do Sado, participou no Europeu de Wingfoil 2025, realizado entre os 20 a 24 de maio, em Urla, Turquia.

Nesta competição, que reuniu os melhores atletas da modalidade na classe Formula Wing, o atleta sadino, que conquistou o terceiro lugar do pódio na categoria Master, destacou-se pelo resultado expressivo e pelo seu contributo para a representação portuguesa no cenário internacional do wingfoil.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Pedro Neves, toda a sua equipa técnica e o Clube de Vela do Sado pelo excelente resultado obtido neste grande evento desportivo europeu, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Atletas Vitorianos conquistam o Campeonato Nacional de Trampolim Individual e Trampolim Sincronizado

O Vitória Futebol Clube esteve presente no Campeonato Nacional de Trampolim Individual e Trampolim Sincronizado, que decorreu durante os dias 24 e 25 de maio, no Pavilhão Municipal da Nazaré.

A competição, que reuniu os mais talentosos ginastas do país, ficou marcada pela excelente prestação dos atletas vitorianos, que conquistaram o pódio em vários escalões: Rafaela Rosa conquistou o primeiro lugar na categoria de trampolim individual, no escalão juniores 1ª divisão feminina; Pedro Mendes alcançou o ouro na categoria de trampolim individual, no escalão juniores 1ª divisão masculina; e Guilherme Duarte e Maria Monteiro ocuparam o terceiro lugar do pódio na categoria de trampolim individual, nos escalões de iniciados e iniciadas base.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam os atletas, treinadores e o Vitória Futebol Clube pelos resultados obtidos, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

11/31

“Saudação

Aniversário do Clube de Montanhismo da Arrábida

Fundado em 1982, o Clube de Montanhismo da Arrábida celebrou o seu 43.º aniversário no dia 29 de maio.

Esta entidade, que tem como missão fomentar a prática de atividades ao ar livre, de forma a promover o contacto com a natureza e a valorização do património natural do nosso território, organiza e participa em diversas atividades e modalidades, como o montanhismo, a escalada, a orientação, o parapente, o pedestrianismo, a marcha nórdica e o campismo desportivo. Desenvolve e associa-se, também, a iniciativas como caminhadas temáticas, projetos de sensibilização ambiental e programas de formação direcionados aos seus associados e ao público em geral.

Com mais de 1300 associados, tem ainda uma forte presença junto de outras entidades do movimento associativo, bem como do poder local, colaborando na oferta de atividades às populações, como o Plogging Challenge Portugal e o projeto Coastwatch.

Reconhecendo o importante e indispensável contributo desta associação para o desenvolvimento de atividades de âmbito desportivo, para a valorização e preservação do património natural e cultural da nossa região, e para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida das populações de Setúbal, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Montanhismo da Arrábida, órgãos sociais e associados, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

Sra. Vereadora Graciete - Apresentou a seguinte saudação e os votos de pesar, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 a 27.

“Saudação

Projeto “Mulheres na Resistência à Ditadura em Setúbal” distinguido com prémio nacional de museologia

O projeto “Mulheres na Resistência à Ditadura em Setúbal”, desenvolvido com base na investigação realizada pelos serviços de museus que integram o Museu do Trabalho Michel Giacometti, da Divisão de Cultura e Património, conjuntamente com o Gabinete de Promoção e Divulgação do Património Histórico e Cultural da Câmara Municipal de Setúbal, foi distinguido com o Prémio Investigação e Difusão Científica 2025 da Associação Portuguesa de Museologia.

Este projeto, enquadrado no programa municipal comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril, – ‘Venham Mais Vinte e Cinco’ –, centrou-se nas setubalenses que participaram na oposição ao regime fascista, perseguidas e, algumas delas, presas pela PIDE/DGS. A iniciativa incluiu a conceção de uma exposição, patente no espaço público da cidade e no Museu do Trabalho Michel Giacometti, a produção de um filme a partir de entrevistas e a disponibilização de um documento e-book.

O galardão, atribuído no âmbito dos Prémios APOM, uma das iniciativas mais emblemáticas da Associação Portuguesa de Museologia, distingue, na categoria Investigação e Difusão Científica, a investigação e a difusão científica relacionadas com a coleção ou temática dos respetivos museus, feita por museólogos ou no âmbito da atividade das instituições museológicas, incluindo projetos de investigação, ciclos de estudos ou de conferências ou outras atividades.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam todos os trabalhadores e trabalhadoras municipais que contribuíram para o sucesso deste projeto, bem como a atribuição do galardão, que vem reconhecer a excelência do trabalho desenvolvido, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Voto de Pesar

Falecimento de Álvaro Arranja

Álvaro Arranja, professor e historiador setubalense, faleceu no dia 2 de junho, aos 65 anos.

Com um longo percurso cívico e político, foi membro do Conselho Nacional da União da Esquerda para a Democracia Socialista nos anos 80, tendo sido, mais tarde, fundador do Bloco de Esquerda e seu dirigente ao nível concelhio e distrital em Setúbal. Foi também deputado municipal na Assembleia Municipal de Setúbal por este partido.

Lecionou em Palmela e desempenhou funções enquanto dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa.

Dedicou-se à investigação da memória histórica, nomeadamente de temas ligados ao movimento operário e à resistência à ditadura em Setúbal, mas também à Primeira República e a Bocage.

Foi autor de diversos livros sobre o irreverente poeta, seu contemporâneo e figura incontornável da cultura e identidade setubalenses, tendo sido vice-presidente do Centro de Estudos Bocageanos. Escreveu ainda outras obras, como “A República e os Operários – a Greve Geral de 1912 na imprensa da época e História(s) da Ditadura e da Revolução de 25 de Abril.”, “Anarco-sindicalistas e republicanos: Setúbal na I República” e “História(s) da Ditadura e da Revolução de 25 de Abril”.

Reconhecido por todos aqueles que tiveram a oportunidade de o conhecer pela sua dedicação e paixão, Álvaro Arranja destacou-se, ao longo de toda a sua vida, como um exemplo de solidariedade e cidadania.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista lamentam o seu falecimento e endereçam à família enlutada, aos amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a ausência as mais sentidas condolências.”

“Voto de Pesar

Falecimento de Sertório Herrera

Sertório José Herrera de Oliveira, fundador e ex-Presidente da LATI – Liga dos Amigos da Terceira Idade, faleceu no dia 2 de junho, aos 80 anos.

Nasceu a 8 de abril de 1945, em Cabrela, no município de Montemor-o-Novo, e veio ainda em criança para Setúbal, onde desenvolveu, ao longo de toda a sua vida, um importante trabalho na área social.

Enquanto fundador da LATI, foi uma figura essencial no desenvolvimento do apoio social no concelho, promovendo a cidadania e o associativismo ao longo de décadas.

Em 2019, viu reconhecido o trabalho de uma vida com a atribuição da Medalha de Honra da Cidade de Setúbal na classe Associativismo e Sindicalismo.

O falecimento de Sertório Herrera – o homem que inspirou gerações a seguir o caminho da solidariedade – representa uma perda profunda para Setúbal e para as suas gentes.

Que sejamos capazes de continuar e preservar o seu legado, lembrando-o como um homem bom, dedicado e solidário, cuja vida foi marcada pelo serviço aos outros — em especial aos seniores.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista lamentam o seu falecimento e endereçam à família enlutada, aos amigos e a todos aqueles e aquelas que sentem profundamente a ausência as mais sentidas condolências.”

Sr. Vereador Fernando José – Fez referência ao falecimento de Eduardo Gage, um dos primeiros fotojornalistas a registar os acontecimentos do 25 de Abril, tendo captado imagens emblemáticas do encontro dos militares no Terreiro do Paço, do assalto à sede da PIDE, bem como do momento em que o capitão Salgueiro Maia tomou consciência da inevitabilidade da queda da ditadura e do triunfo da revolução. Durante o período do regime, Eduardo Gage documentou as condições precárias em que vivia grande parte da população portuguesa, tendo sido, em diversas ocasiões, detido pela PIDE devido às imagens que evidenciavam os inconvenientes para o regime.

Foi igualmente referenciado o falecimento de Pinto Cardoso, natural de Castelo Branco, licenciado em Direito, advogado desde 1965 na Comarca de Setúbal e professor universitário, tendo sido professor e especialista em Direito do Trabalho. Pinto Cardoso faleceu aos 88 anos. Foram expressas sentidas condolências à família e amigos.

Sr. Vereador Joel Marques – Apresentou a seguinte recomendação, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 28.

“Recomendação

Pela adoção de medidas para impedir as descargas ilegais em Poçoilos

Na sequência da tomada de conhecimento da situação da prática alegadamente ilegal de descargas de águas contaminadas em Poçoilos, através de uma reportagem televisiva e considerando que:

- *A contaminação dos solos é um perigo silencioso, com implicações diretas nos lençóis freáticos e a consequente contaminação dos recursos hídricos;*
- *A referida atividade apresenta também impactos na qualidade do ar, o que configura um grave problema para a saúde pública e o meio ambiente;*
- *Estudos apontam para uma correlação direta entre solo, água e alimentação e, neste contexto, é fundamental destacar que poderá estar em causa a própria cadeia alimentar, com a contaminação de solos;*
- *Considerando ainda que se revela fundamental identificar os locais contaminados e sujeitos a eventual intervenção de remediação, assim como é imperativo que exista uma efetiva e tangível fiscalização;*

Face à gravidade dos atos alegadamente praticados e à seriedade dos seus efeitos no que concerne aos potenciais impactos negativos nos solos assim como nos lençóis de freáticos, os vereadores eleitos pelo PS recomendam que a Câmara Municipal de Setúbal, reunida em reunião ordinária no dia 4 de junho de 2025:

Inste as entidades responsáveis — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT), Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), assim como o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana (SEPNA), a uma célere investigação do caso e ao apuramento de eventuais ilegalidades e crimes ambientais, bem como à tomada urgente de todas as medidas que se revelem necessárias ao término dessas atividades;

Diligencie junto da empresa responsável pelas referidas descargas, bem como de qualquer pessoa singular ou coletiva que nela detenha participações sociais ou nela exerça funções de gerência, no sentido de cessar de imediato a prática de atividades conducentes à potencial contaminação dos solos e do ar;

Avalie a eventual contaminação dos lençóis freáticos e a qualidade do ar, considerando quer as escorrências quer os cheiros intensos que afetam sobretudo a população residente nas urbanizações da Quinta da Amizade, Vale Ana Gomes e Quinta da Serralheira;

Informe a população dos potenciais prejuízos ambientais resultantes das descargas ilegais de água contaminada e exija o apuramento dos factos e condenação pelos atos praticados dos infratores que venham a ser identificados, assim como o total cumprimento das regras de defesa e proteção da saúde pública e meio ambiente.”

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Referiu que, conforme informação veiculada em reportagem de um canal de notícias, tinham sido identificadas eventuais descargas ilegais no concelho. Na sequência dessa divulgação, a Câmara Municipal realizou ações de inspeção, tendo procedido ao embargo das obras em curso e informado as entidades competentes sobre esta diligência. Em consequência, a EDP e os Serviços Municipalizados cessaram o fornecimento de energia à atividade em causa. Após várias intervenções públicas do senhor Presidente e do Executivo, foi salientada a urgência de uma atuação por parte das entidades responsáveis, destacando-se a CCDR-LVT como a entidade competente para licenciar e, conseqüentemente, para determinar a cessação daquela atividade.

Informou que a Câmara Municipal havia instaurado uma providência cautelar, devendo responder no prazo de 10 dias. Referiu que uma das recomendações indicadas naquele documento já estava a ser cumprida, nomeadamente uma iniciativa do Presidente da

14/31

Câmara, que solicitou informação formal e por escrito sobre as atuações das diversas entidades no território.

Destacou-se que se tratava de uma situação complexa que envolvia várias entidades, nomeadamente a CCDR, a APA, o IGAMAOT e a GNR. O ponto 3 da recomendação foi considerado fundamental, por se referir à monitorização e avaliação da contaminação — tarefas que competem à APA, dada a sua dotação de recursos, mecanismos e competências para acompanhar a qualidade dos lençóis freáticos e do ar.

O ponto 2 da recomendação prevê que a CCDR deve diligenciar junto da empresa responsável para cessar imediatamente as atividades ilegais. A informação à população cabe ao município, que tem desenvolvido esforços nesse sentido.

Referiu que tinha chegado atrasada à reunião de câmara devido a uma reunião da Comissão de Ambiente da Assembleia Municipal, onde esteve presente a CCDR, a qual enviou ao Senhor Presidente, naquela manhã, um relatório sobre a prática e a atuação no referido processo.

Informou que, não estando a atividade licenciada e existindo indícios de uma prática ambientalmente questionável, a atividade em causa não se enquadrava nos CAE's atribuídos à empresa. A Câmara Municipal considerava que a CCDR detinha competências para cessar, de forma preventiva, aquela atividade.

Contudo, o entendimento transmitido pela CCDR na reunião em curso indicava que a referida entidade só poderia agir após a conclusão e análise dos resultados recolhidos há duas semanas, relativos à contaminação dos solos e das águas. Assim, encontrava-se uma situação de impasse, na qual persistia um problema no terreno que exigia uma atuação urgente para cessar a atividade.

A Câmara Municipal, no âmbito das suas competências, já tinha tomado as medidas que lhe competiam e reafirmou que não desistiria da resolução do assunto, dada a sua urgência e a recorrência das atividades irregulares da empresa. Contudo, reconhecia ser necessária a intervenção das demais entidades responsáveis, no exercício das suas competências específicas.

Sr. Presidente – Apresentou os seguintes votos de pesar, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 29 e 30.

**“Voto de Pesar
ÁLVARO ARRANJA**

Morreu mais um homem bom que deixa um importante legado sobre a sua cidade e o seu povo, um homem que viveu sempre empenhado na causa da liberdade e da democracia.

O historiador Setubalense Álvaro Arranja morreu esta segunda-feira, dia 02 de junho, aos 65 anos.

Destacou-se como dirigente estudantil da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa, foi professor de História em Palmela e dirigente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Foi, ainda, membro da Assembleia Municipal de Setúbal eleito pelo Bloco de Esquerda.

Dedicou-se também ao estudo de Bocage e foi vice-presidente do Centro de Estudos Bocageanos.

O seu trabalho como historiador incidiu igualmente em temas como a implantação da República, o crescimento da indústria e a revolução do 25 de Abril.

Foi, de acordo com a biografia publicada no site de internet esquerda.net, membro do Conselho Nacional da União da Esquerda para a Democracia Socialista na década de oitenta do século passado. Depois disso, como se refere neste texto, foi fundador do Bloco de Esquerda e seu dirigente ao nível concelhio e distrital em Setúbal.

A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família e aos amigos de Álvaro Arranja sentidos pêsames.”

15 / 31

**“Voto de Pesar
Sertório Herrera**

Sertório Herrera, que faleceu esta segunda-feira aos 80 anos, ficará para sempre na memória de todos os que ajudou e em particular dos idosos e respetivas famílias a que dedicou parte significativa da sua vida, sempre inspirado pelos ideais de liberdade.

Sertório Herrera deixa em Setúbal, com a Liga dos Amigos da Terceira Idade, que fundou, uma obra notável que para sempre perpetuará o seu nome.

Em 2019, quando recebeu a Medalha de Honra da Cidade na classe associativismo e sindicalismo, a biografia apresentada na proposta de atribuição da distinção indicava que Sertório Herrera nasceu em Cabrela, no Alentejo, em 1945.

Em 1974 participa no movimento que mais tarde dará origem à Liga dos Amigos da Terceira Idade, por iniciativa de um grupo de quatro mulheres do Bairro Humberto Delgado. A atividade desenvolvida na altura era o que hoje se designa por Serviço de Apoio Domiciliário, solicitando bens de primeira necessidade a quem os tinha, para dar a quem necessitava, sobretudo alimentos e vestuário, e ajudando na higiene pessoal na habitação dos idosos.

A 22 de Março de 1979 o LATI constitui-se oficial e juridicamente, passando a ser reconhecida como Instituição Particular de Solidariedade Social de Utilidade Pública.

Sertório Herrera desde sempre incentivou o movimento associativo como parte importante para o bem-estar local e o exercício pleno da cidadania, sendo como dirigente exemplo para outros que continuam a acreditar na intervenção conjunta.

A IPSS em que continuava a ter importante papel, sendo um pilar importante do seu crescimento e desenvolvimento ao longo das últimas décadas, comemora este ano 46 anos de existência e é um apoio fundamental na vida de centenas de gerações de famílias Setubalenses.

A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo seu falecimento e endereça sentidos pésames à família enlutada e à direção do LATI.”

O senhor Presidente solicitou um minuto de silêncio na sequência dos votos de pesar

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 1. Deliberação n.º 355/2025 – Proposta n.º 22/2025 – GAP – Aquisição e fornecimento de servidores - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 31 e 32, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta

- 2. Deliberação n.º 356/2025 – Proposta n.º 23/2025 – GAP – Reforço do Sistema de Adução de Água da Bassaqueira a S. Domingos – Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 e 34.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Informou que está em curso um trabalho de reforço do sistema de captação e adução em Azeitão. Na última reunião, foi aprovada uma empreitada para a construção da nova adutora em Pinhal de Negreiros/Bassaqueira. Esta intervenção visa complementar a obra existente da adutora da Bassaqueira até São Domingos, assegurando o fluxo de água em quantidade suficiente para garantir o abastecimento. Referiu ainda que, posteriormente, será tratada a questão dos depósitos.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 357/2025 – Proposta n.º 24/2025 – GAP – Aquisição de serviços de reparação de viaturas pesadas e ligeiras afetas à atividade de remoção de resíduos – Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 35 e 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4. Deliberação n.º 358/2025 – Proposta n.º 25/2025 – GAP – Aquisição de viatura limpa coletores – Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 37 e 38.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Referiu que a medida visa dotar os serviços de uma capacidade que atualmente não possuem, evitando a necessidade de contratações sistemáticas a valores elevados, que se revelam irregulares na prestação do serviço e insuficientes quando a resposta é necessária. Considerando os custos associados aos sucessivos alugueres, a urgência das intervenções e a flexibilidade financeira e operacional, considerou vantajoso adquirir aquele equipamento. Assim, pretende-se capacitar os serviços para realizarem o trabalho diário de forma autónoma, eliminando a dependência de contratações externas dispendiosas e com respostas inadequadas.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Fernando José – Sugeriu que as deliberações desde a n.º 359/2025 até à n.º 370/2025 fossem colocadas à votação em bloco.

Sr. Vereador Paulo Calado – Manifestou que não tinham qualquer objeção à proposta apresentada, subscrevendo-a na íntegra.

Sr. Presidente – Referiu que, em todas as reuniões de câmara, eram apreciadas propostas com pedidos de isenção de IMT, totalizando muitas centenas de milhares de euros, em cumprimento de uma decisão da Câmara Municipal de Setúbal. Salientou que este processo teve início por proposta do PSD e encontra-se previsto em regulamento, sendo neste quadro



17731

que se aprovava a isenção do pagamento do IMT. Destacou que, graças a esta medida, muitos jovens que procuram residir no concelho de Setúbal têm acesso à habitação em condições mais favoráveis, esclarecendo assim o âmbito da aprovação.
Informou que as deliberações n.º 359/2025 até à n.º 370/2025 foram aprovadas por unanimidade.

- 5. Deliberação n.º 359/2025 – Proposta n.º 101/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 2716, fração E da União de Freguesias de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 39 (ver ponto 4).

- 6. Deliberação n.º 360/2025 – Proposta n.º 102/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 2921, fração E da União de Freguesias de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 40 (ver ponto 4).

- 7. Deliberação n.º 361/2025 – Proposta n.º 103/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 3061, fração I da União de Freguesias de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 41 (ver ponto 4).

- 8. Deliberação n.º 362/2025 – Proposta n.º 104/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 3062, da União de Freguesias de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 42 (ver ponto 4).

- 9. Deliberação n.º 363/2025 – Proposta n.º 105/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 2626, fração H da União de Freguesias de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 43 (ver ponto 4).

- 10. Deliberação n.º 364/2025 – Proposta n.º 106/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 3397, fração U da União de Freguesias de Setúbal**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 44 (ver ponto 4).

- 11. Deliberação n.º 365/2025 – Proposta n.º 107/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 8026, fração B da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 45 (ver ponto 4).

- 12. Deliberação n.º 366/2025 – Proposta n.º 108/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 11652, fração R da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 46 (ver ponto 4).

- 13. Deliberação n.º 367/2025 – Proposta n.º 109/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 13645, da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 47 (ver ponto 4).

- 14. Deliberação n.º 368/2025 – Proposta n.º 110/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 15681, fração H da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 48 (ver ponto 4).

- 15. Deliberação n.º 369/2025 – Proposta n.º 111/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 16359, fração AK da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49 (ver ponto 4).

- 16. Deliberação n.º 370/2025 – Proposta n.º 112/2025 – DAF – Isenção de IMT na primeira aquisição onerosa de habitação própria e permanente, por jovens dos 18 anos até aos 35 anos no Município de Setúbal referente ao prédio com o artigo matricial 17704, fração G da Freguesia de S. Sebastião**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50 (ver ponto 4).

17. Deliberação n.º 371/2025 – Proposta n.º 113/2025 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 16/2025/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação de serviço de comunicações fixas, móveis e dados, com Assessment de Cibersegurança e NIS2, pelo período de 36 meses - Adjudicação

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 51 a 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 372/2025 – Proposta n.º 115/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Prorrogação do prazo da concessão do direito de exploração do estabelecimento, designado por “Delice Garden”, sito na praça do Bocage, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 57 e 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 373/2025 – Proposta n.º 116/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca do prédio sito na Urbanização Pote de Água, Rua António Carvalho Serra, n.º 11, lote 4, fração E, 1.º-A, na Freguesia de São Sebastião, em Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 59, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 374/2025 – Proposta n.º 117/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Alienação de 7 lotes de terreno, sitos no loteamento da Nova Azeda, da Freguesia de São Sebastião – Cessão da posição

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 60 e 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 375/2025 – Proposta n.º 118/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Autorização para celebração de contrato de arrendamento de instalações destinadas ao funcionamento dos Serviços Municipalizados de Setúbal

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 62 a 64.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Informou que se tratava de proceder à expansão do espaço correspondente à ampliação dos serviços, passando a ocupar o 1.º piso, anteriormente afeto às Finanças. A Estamo procedeu ao aluguer do referido espaço, sendo necessário aprovar a minuta que permitiria dar seguimento ao processo de contratação. Referiu que, da parte da Estamo, estava a ser desenvolvido o mesmo procedimento, com vista à rápida celebração do contrato, de forma a permitir o início das obras de adaptação necessárias à instalação dos Serviços Municipalizados. Esclareceu que a Estamo não autorizava o início das obras antes da assinatura do contrato, razão pela qual era necessário acelerar o processo de celebração do mesmo.

Sr. Presidente – Recordou que o executivo da CDU decidiu proceder à municipalização dos Serviços Municipalizados no início do presente mandato, em cumprimento do compromisso assumido com as populações. Nesse sentido, todo o processo foi preparado e, a partir de 18 de dezembro de 2022, os Serviços Municipalizados iniciaram a sua atividade.

Assinalou que a transição dos serviços da empresa concessionária do sistema de águas e saneamento para os Serviços Municipalizados implicou diversas dificuldades, tendo a Câmara Municipal assegurado as condições necessárias para que os novos serviços pudessem iniciar a sua atividade de imediato, com os devidos meios e informação, e sem qualquer penalização para os consumidores.

Sublinhou tratar-se de um processo amplamente conhecido, dada a complexidade da estrutura informática e tecnológica envolvida, bem como da necessidade de dispor de licenças atualizadas para assegurar o funcionamento dos registos dos contadores e da faturação, não tendo, no entanto, ocorrido quaisquer problemas significativos.

Informou que foi decidido alargar o âmbito de atuação dos Serviços Municipalizados, que para além da gestão da água e do saneamento, passaram também a assegurar a recolha de resíduos sólidos urbanos. Manifestou o orgulho pelo trabalho desenvolvido, sublinhando o objetivo permanente de melhor servir as populações.

Destacou que, praticamente em todas as reuniões de câmara, eram apresentadas propostas com vista à melhoria das condições de trabalho dos trabalhadores, à contratação de técnicos especializados que garantam maior capacidade de resposta, bem como à aquisição de equipamentos, modernizando os Serviços. Assinalou ainda que, no domínio do abastecimento de água e do saneamento, estava em curso um investimento de muitos milhões de euros.

Referiu que, no que respeita ao investimento em Azeitão, este assumia especial relevância. Recordou que, durante a campanha eleitoral autárquica de 2021, circularam mensagens alarmistas sugerindo que Azeitão ficaria sem água, o que considerou tratar-se de uma manobra eleitoralista. Sublinhou que, apesar das dificuldades conhecidas, os trabalhadores dos Serviços Municipalizados asseguraram a continuidade do abastecimento de água, sem registo de ocorrências significativas. Informou que, naquela reunião, fora aprovada uma proposta de reforço da capacidade dos reservatórios, com o objetivo de garantir, de forma definitiva, a plena capacidade de resposta às necessidades de abastecimento em Azeitão.

Referiu que um dos problemas utilizados como tema de campanha eleitoral, nomeadamente o problema do saneamento das populações de Pontes, correspondia atualmente a uma obra em curso, prevendo-se a sua conclusão até ao final do ano.

Destacou que os Serviços Municipalizados estavam a ser apetrechados com os meios necessários para dar resposta às expectativas criadas com a municipalização das áreas da água e do saneamento. Recordou que o executivo CDU assumira o compromisso de reduzir, em média, 20% no preço do metro cúbico da água, objetivo que foi cumprido. Acrescentou que, para quem tivesse dúvidas, bastaria comparar os valores das faturas por metro cúbico de 2023 com os de 2022, constatando a efetiva redução de 20% no valor cobrado por metro cúbico de água.

Contudo, alertou que os valores finais constantes das faturas apresentavam aumentos significativos, que não podiam ser atribuídos ao custo da água, mas sim às consequências da privatização de uma empresa de capitais públicos por parte do Estado, cujo impacto estava à vista. Referiu que, em 2020, o custo por tonelada de resíduos depositados no aterro da

Amarsul era de 20 euros, enquanto atualmente, a Câmara Municipal de Setúbal, bem como os restantes municípios do sistema, pagavam 77 euros por tonelada.

Salientou que, quatro anos volvidos, a situação atual era inaceitável e inqualificável, classificando como escandaloso o que se passava com a empresa Amarsul. Sublinhou que os municípios da Península de Setúbal tinham vindo a manifestar-se junto das entidades competentes, alertando para a necessidade urgente de resolução daquele problema, uma vez que as populações da Península estavam a ser fortemente penalizadas pela forma de gestão de uma empresa cujo capital social era maioritariamente privado.

Pediou desculpa pelo tempo despendido na sua intervenção, mas considerou importante recordar alguns factos, uma vez que, por vezes, a memória era curta, sendo necessário impedir aproveitamentos indevidos da realidade em causa.

Sr. Vereador Fernando José – Justificou que se ausentara momentaneamente da sala de reuniões, motivo pelo qual não acompanhara a sequência dos trabalhos. Questionou o Senhor Presidente sobre a deliberação em análise, indagando se estariam a tratar da proposta relativa à autorização para celebração do contrato de arrendamento, ou de outra proposta que não constava das deliberações, uma vez que, face à intervenção do Senhor Presidente, não lhe tinha sido claro o enquadramento da mesma.

Sr. Presidente – Informou o Senhor Vereador Fernando José que lamentava, no entanto, já tinha explicado o enquadramento da proposta. Lamentava que o Senhor Vereador se tivesse ausentado da reunião e esclareceu que não voltaria a repetir aquilo que já tinha sido dito. Referiu que a sua intervenção ficaria registada em ata, podendo posteriormente ser consultada, ou, em alternativa, os colegas de bancada poderiam transmitir-lhe o conteúdo. Acrescentou que quem estava presente na reunião, bem como quem acompanhava os trabalhos a partir de casa, compreendera perfeitamente as razões da sua intervenção.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 376/2025 – Proposta n.º 73/2025 – DCDJ/DICUL – Moto Clube de Setúbal – Sado Summer Fest – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 377/2025 – Proposta n.º 74/2025 – DCDJ/DICUL – Festas do Senhor Jesus do Bonfim 2025 – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 66 e 67, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 378/2025 – Proposta n.º 75/2025 – DCDJ/DICUL – Apoio ao plano de atividades Rancho Folclórico de Praias do Sado

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 68 e 69, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 379/2025 – Proposta n.º 76/2025 – DCDJ/DICUL – Renovação de protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal e a Associação Festróia – programação Cinema Charlot 2025

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 70 a 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sr. Vereador Paulo Calado – Sugeriu que se procedesse à votação em conjunto das propostas correspondentes às deliberações n.º 380/2025 a n.º 385/2025.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Relativamente à deliberação n.º 382/2025, referente ao contrato de urbanização a celebrar com o IHRU, com vista à execução das obras associadas aos empreendimentos de renda acessível promovidos por aquela entidade no concelho, referiu que era necessário proceder à alteração da cláusula 6.ª, n.º 1 da minuta do contrato, por se verificar um lapso na sua redação final. Especificou que o prazo aí identificado era de 12 meses, devendo ser corrigido para 24 meses.

Sr. Presidente – Referiu que, finalmente, iriam dispor de um protocolo que permitiria garantir, pelo menos, o início da construção de mil fogos em regime de renda acessível, por iniciativa do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Embora o processo tenha sido moroso, não deixara de chegar em tempo útil para permitir a sua concretização. Manifestou a esperança de que outros processos pendentes, designadamente a possibilidade de a Câmara Municipal construir 500 fogos destinados a renda apoiada, ainda pudessem ser concretizados. Afirmou que continuavam a trabalhar nesse sentido e a acreditar, até que lhes fosse comunicado que não haveria qualquer possibilidade de avanço.

Enfaticizou que aquele era um momento importante, no contexto do contrato de urbanização em causa, uma vez que há cerca de dois anos procuravam uma solução, o que implicara o atraso do processo de construção de habitação por parte da Câmara Municipal, na expectativa de uma parceria que acabou por não se concretizar, face à justificação então apresentada e à alegada indisponibilidade de financiamento no âmbito do PRR. Ainda assim, salientou que a construção de mil fogos, mesmo em regime de renda acessível, representava um contributo extremamente relevante para dar resposta a muitos dos problemas habitacionais existentes no concelho.

Reiterou a intenção do município em continuar a procurar uma solução que viabilizasse a construção dos referidos 500 fogos de iniciativa municipal, destinados a renda apoiada, sublinhando que este regime implica uma renda ajustada ao rendimento do agregado familiar, o que o diferencia da renda acessível.

Colocadas à votação as deliberações n.º 380/2025 a n.º 385/2025, foram as mesmas aprovadas por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 380/2025 – Proposta n.º 93/2025 – DURB/DITA – Isenção de pagamento da taxa de vistoria ao abrigo do artigo 90.º do RJUE - Processo n.º 3/25

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73 (ver ponto 25).

27. Deliberação n.º 381/2025 – Proposta n.º 94/2025 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição e emissão do respetivo título - Processo n.º 244/24

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74 (ver ponto 25).

28. Deliberação n.º 382/2025 – Proposta n.º 95/2025 – DURB/DIGU – Aprovação de minuta de contrato de urbanização

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 75 e 76 (ver ponto 25).

29. Deliberação n.º 383/2025 – Proposta n.º 96/2025 – DURB/GARIU – Continuidade de 4 painéis publicitários

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 77 e 78 (ver ponto 25).

30. Deliberação n.º 384/2025 – Proposta n.º 97/2025 – DURB/GARIU – Continuidade de 6 painéis publicitários

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 79 e 80 (ver ponto 25).

31. Deliberação n.º 385/2025 – Proposta n.º 114/2025 – DURB/DAF/DICOMP/SECOMP – Liberação de caução referente à concessão do direito de exploração do estacionamento público de superfície, de utilização onerosa e de duração limitada nas zonas 1 e 2, na cidade de Setúbal – Concurso público n.º 10/CP/2009/DAF/DIPA/SECOMP

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 81 a 84 (ver ponto 25).

32. Deliberação n.º 386/2025 – Proposta n.º 1/2025 – GAVPSD – Candidatura do Convento de Jesus de Setúbal a Património Mundial da UNESCO

O Sr. Vereador Paulo Calado apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 85.

Sr. Vereador Pedro Pina – Deu nota da valorização da proposta apresentada pelo Partido Social Democrata, contudo sublinhou que um processo com a ambição de inscrever o Convento de Jesus na Lista do Património Mundial da UNESCO exigia uma abordagem

estratégica, tecnicamente fundamentada e diplomática, que ultrapassava uma mera intenção política ou administrativa.

Esclareceu que a inscrição na lista indicativa de Portugal não constituía um passo imediato, mas antes uma etapa que implicava uma preparação rigorosa, institucional, aprofundada e alinhada com as prioridades nacionais em matéria de património cultural.

Neste contexto, destacou os aspetos essenciais do processo, nomeadamente a indispensável articulação com a tutela e órgãos competentes, incluindo a Direção-Geral do Património, o Ministério da Cultura e o Ministério dos Negócios Estrangeiros, para assegurar apoio político, técnico e diplomático, bem como o acesso a eventuais mecanismos de financiamento.

Referiu ainda que, conforme era do conhecimento geral, a obra do Convento de Jesus terminara recentemente, pelo que, no imediato, o foco estava centrado no processo de classificação do Retábulo, considerada obra-prima da pintura renascentista, como um passo fundamental do conteúdo museológico para a candidatura.

Referiu que a classificação do Retábulo como Tesouro Nacional deveria ser assumida como uma prioridade estratégica, reforçando a singularidade e a relevância do conjunto patrimonial do Convento de Jesus, tanto a nível nacional como internacional.

Para alcançar esse objetivo, destacou a importância da criação de uma comissão de honra e de uma comissão científica, sublinhando que a candidatura deveria assentar numa base técnica sólida, envolvendo uma equipa multidisciplinar composta por especialistas em património, história da arte, arquitetura, museologia, conservação, turismo, bem como representantes da academia, da comunidade local e da Administração Pública, garantindo um processo inclusivo, rigoroso e participado.

Salientou que a comissão de honra teria como função principal comunicar, de forma estruturada, aquilo que seria a candidatura mundial.

Referiu ainda que a avaliação da possibilidade de uma candidatura em rede deveria ser considerada, como um elemento de valor excecional da arquitetura manuelina, conferindo força e robustez a uma candidatura que poderia destacar a singularidade do estilo manuelino, tendo como exemplo maior o Mosteiro dos Jerónimos, expoente máximo da cultura manuelina.

Por fim, destacou que o município deveria assumir a liderança na construção de um plano estratégico que contemplasse ações de conservação, valorização, comunicação, gestão participada e sustentabilidade a longo prazo, com o envolvimento da comunidade e a mobilização dos recursos humanos e financeiros necessários.

Reconheciam, por essa razão, a relevância da intenção manifestada, contudo sublinhavam que o sucesso de uma candidatura à UNESCO dependia de um trabalho consistente, tecnicamente robusto e continuado, que já vinha a ser iniciado pelo executivo.

Referiram que aquele seria o caminho que a Câmara Municipal tinha vindo a trilhar, assumindo desde há muito a responsabilidade pela recuperação e valorização daquele emblemático monumento, o que permitia a discussão e análise da proposta apresentada.

Por essa razão, consideravam fundamental que a proposta tivesse em conta todos esses elementos, pois, apesar da sua boa intencionalidade, não poderia deixar de ser avaliada sob a ótica dos critérios técnicos indispensáveis à sua concretização.

Sr. Presidente – Mencionou que o Convento de Jesus fora recuperado por iniciativa, pressão, força e determinação da Câmara Municipal, tendo sido concluída a sua terceira fase de obras com a instalação do museu. Tratava-se de uma questão que deveria mobilizar todos para que aquele património fosse amplamente reconhecido, tanto a nível nacional como internacional, pois todos os especialistas que visitavam o convento apontavam nesse sentido. No dia anterior, Setúbal acolhera mais de 300 pessoas, entre eleitos e técnicos, de praticamente todas as câmaras da Área Metropolitana de Lisboa e de várias associações dos mais diversos setores, no âmbito do PRR, numa iniciativa designada “Investimentos em Território em Áreas Desfavorecidas”. O município de Setúbal integrava um grupo com Palmela e Sesimbra, sendo que cada um desenvolvia os seus projetos respetivos.

O projeto do município de Setúbal desenvolvia-se na União das Freguesias de Setúbal, compreendendo um conjunto de investimentos cujas obras estavam em curso. Destacava-se um investimento muito significativo nas chamadas “Áreas e Materiais”, com o envolvimento das populações dos bairros, visando estimular o convívio, a participação, a formação, as ações culturais e até a área da educação.

Aquela importante iniciativa realizara-se no Convento de Jesus, motivo de orgulho por terem em Setúbal um património de referência.

Disse que não iriam inviabilizar a proposta, por se tratar de uma iniciativa que apontava para a necessidade de avançar num caminho justificado, tendo em conta o valor do património em questão. Referiu que, para aquele conjunto patrimonial, ainda faltava a execução da quarta fase da obra, a qual era fundamental para assegurar a conservação adequada do património e para possibilitar outro tipo de atividades além das visitas educacionais, científicas e culturais.

O executivo CDU estava empenhado em avançar com a quarta fase da obra do Convento, reconhecendo que este seria um grande objetivo para valorizar ainda mais aquele património. Reforçou que cabia ao município promover esse caminho junto das entidades envolvidas no processo de classificação do património junto da UNESCO.

Sr. Vereador Fernando José – Saudou e valorizou a proposta, elogiando o senhor vereador Paulo Calado e os vereadores do PSD pela apresentação. Referiu que se tratava de uma boa proposta, que deveria refletir o enquadramento feito pelo senhor vereador Pedro Pina. Destacou que aquela era uma iniciativa importante, que deveria ter continuidade no próximo mandato, unindo todos em torno desse objetivo comum. Enfatizou a importância de reconhecer propostas que beneficiassem o concelho de Setúbal. Os vereadores do Partido Socialista estariam sempre na linha da frente neste tema e, face à proposta apresentada, manifestaram o seu voto favorável, comprometendo-se ainda a dar continuidade a este objetivo após as próximas eleições.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Délia – Informou que está inscrita desde 2010 para habitação social, sob o processo n.º 3035/10, e que tem dois filhos asmáticos crónicos a seu cargo. Referiu que irá ser despejada da sua atual residência e solicitou auxílio para obtenção de um T1 ou T2.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Referiu que o pedido de habitação social se encontra em nome de Mário Filipe Silva Mendes, com uma pontuação de 5,0, ocupando o 58.º lugar na lista ordenada de pedidos. Considerando tratar-se de uma situação de despejo, sugeriu que a munícipe se dirigisse aos serviços de habitação para verificar se é possível proceder a alguma atualização no seu processo, face à situação concreta. Informou ainda que, até ao momento, não havia resposta definitiva sobre o assunto.

Sr. Presidente – Questionou a munícipe se já tinha comunicado aos serviços municipais a situação do despejo, dado que isso poderia permitir a revisão da sua posição na escala de atribuição de habitação social. Foi referido que a Câmara Municipal não dispõe atualmente de casas disponíveis e que, quanto mais elevada for a classificação na lista, mais rapidamente se poderá ter acesso a uma habitação.

26 / 31

Sra. Délia – A munícipe referiu que a Dra. Mafalda, que tinha ficado coproprietária do imóvel, não lhe iria entregar carta de despejo, mas caso não saísse da casa no prazo de dois meses, ameaçava colocar na rua os pertences dos seus filhos. Acrescentou que já solicitou aos serviços municipais um contentor para guardar os pertences, pois não tinha para onde ir nem familiares que a pudessem ajudar.

Sr. Presidente – Sugeriu que a munícipe se dirigisse aos serviços municipais, que dissesse que tinha estado presente na reunião de câmara, para solicitar a reavaliação da sua posição na lista de atribuição de habitação, com o objetivo de poder subir na escala. Referiu ainda que o acompanhamento do processo de despejo por um advogado seria uma garantia mínima para a situação.

Sr. Mário – Disse que desde o dia 2 de abril tem vindo a apresentar, em reuniões de câmara, a questão dos veículos abandonados na rua Mário Sacramento, e que a senhora vereadora Rita Carvalho ainda não tomou qualquer medida a esse respeito. Solicitou ao senhor Presidente que informasse qual seria a atitude a ser adotada, considerando que a vereadora em questão não tinha tomado providências até ao momento.

Sr. Presidente – Referiu que a senhora vereadora Rita Carvalho, na última reunião, informou que a questão dos veículos abandonados na via pública não era um processo simples. Explicou que a Câmara Municipal não podia simplesmente levantar e remover um veículo da rua, sendo necessário proceder à identificação do veículo, aguardar o decurso de prazos legais, comunicar às entidades competentes e só após cumpridos esses requisitos é que a remoção poderia ser efetuada. Confirmou estar seguro de que os serviços já haviam verificado a situação e que o processo estava em andamento, mas sublinhou a necessidade de ter consciência dos procedimentos legais que devem ser cumpridos para a remoção dos veículos.

Sr. Mário – Referiu que no e-mail enviado constavam fotografias e as matrículas dos veículos abandonados. Solicitou que fosse confirmada a situação de cada veículo, nomeadamente se tinham seguro válido, se possuíam inspeção periódica em dia e o estado geral, destacando que alguns apresentavam pneus vazios.

Sr. Presidente – Informou o munícipe que existia todo um procedimento legal a cumprir relativamente à remoção de veículos abandonados. Referiu que há situações mais complexas, dando como exemplo um veículo abandonado cujo proprietário estava envolvido num processo judicial, o que impedia a remoção até que as entidades competentes autorizassem o prosseguimento do processo. Sublinhou que as ações da Câmara Municipal estavam condicionadas ao cumprimento da lei e não poderiam agir arbitrariamente. Agradeceu ao munícipe, senhor Mário, pela sua presença e pela apresentação das questões, que auxiliariam os serviços na resolução dos problemas, mas frisou a necessidade de compreensão dos procedimentos legais.

Sr. Mário – Referiu que o jardim situado na Rua Mário Sacramento apresentava vegetação muito alta, que prejudicava a visibilidade dos transeuntes, especialmente no lado esquerdo entre o Mercado 2 de Abril e a rua onde se localiza a Farmácia Fuzeta.

Manifestou interesse em saber a identidade da senhora Sofia Novas, mencionando que teria feito uma reclamação no Pólo da Biblioteca da Bela Vista, alegando que os sanitários estavam limpos, apesar de pretender mostrar vídeos que demonstravam o contrário, para que a senhora pudesse verificar a qualidade da limpeza efetuada.

Informou ainda que, após a poda de árvores provocada pelos temporais, os troncos das mesmas ainda não tinham sido removidos, dificultando a passagem em vários locais, nomeadamente entre a Rua do Moinho e a rua junto ao Pólo da Bela Vista, assim como na Rua Mário Sacramento em frente ao lote 30, e em diversas outras áreas daquela zona.



Reforçou que, sempre que uma árvore fosse cortada, o procedimento deveria incluir a presença de um camião para recolher os troncos e libertar a via pública.

Sr. Presidente – Agradeceu a presença do senhor Mário, incentivando-o a continuar a participar nas reuniões para ajudar a melhorar os serviços públicos. Sublinhou a importância do papel dos cidadãos atentos e preocupados, cuja colaboração contribui para a melhoria da gestão municipal. Garantiu que as informações transmitidas seriam avaliadas pelos serviços competentes.

Referiu que, na sequência do último temporal, caíram cerca de 400 árvores no concelho. Explicou que a Câmara Municipal necessita contratar empresas especializadas para proceder ao corte e recolha das árvores, uma vez que não dispõe do equipamento adequado para estas operações, o que implica um processo moroso. Reconheceu a legitimidade das preocupações dos munícipes, mas apelou à compreensão das dificuldades enfrentadas pela Câmara para resolver de imediato todos os problemas.

Mencionou ainda que existia um tronco no jardim em frente à sua residência, enfatizando que, após o corte das árvores, a remoção dos troncos é um processo que requer tempo. Explicou que, em algumas situações, as raízes das árvores ficam integradas nas infraestruturas subterrâneas, como as de eletricidade, água ou saneamento, e que a remoção dos troncos sem a devida cautela poderia causar danos graves nessas infraestruturas.

Informou que os serviços municipais realizam avaliações prévias para identificar essas situações, comunicando depois à empresa responsável, vencedora do concurso público, para que proceda à remoção com as condições técnicas adequadas.

Sr. Mário – Referiu que, na rotunda dos Quatro Caminhos, junto ao café “Oásis”, localizado ao lado da Cruz Vermelha, tinha solicitado a colocação de pins para maior segurança naquela zona. Informou ainda possuir um vídeo que registava um atropelamento de uma pessoa, incidente esse causado pelo estacionamento indevido naquele local.

Sr. Presidente – Disse que tinha ficado registado.

Sra. Joaquina – Informou que se encontrava com pontuação 5,9, com o processo n.º 144/13. Referiu ter recebido uma notificação do tribunal para proceder à entrega da chave ao senhorio, encontrando-se em situação desesperada por não saber onde iria morar com os seus três filhos.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a munícipe encontrava-se com pontuação 5,9 para um T3, ocupando o 13.º lugar na lista de atribuição. Dada a situação de despejo, foi-lhe recomendado que se dirigisse aos serviços de habitação para que a sua situação pudesse ser ponderada.

Sr. José – O munícipe referiu que ainda não tinha obtido resposta ao seu correio de 18 de setembro de 2023, relativo a compromissos assumidos pelo senhor Presidente. Manifestou preocupação com o excesso de ruído proveniente de esplanadas a céu aberto concessionadas pela Câmara Municipal, salientando que, apesar da legislação proibir barulho a partir da 01h00, em certas discotecas e bares a música continuava audível até às 09h00. Questionou se tais horários eram considerados normais e quem exercia a fiscalização dessas situações.

Referiu ainda que a Avenida Luísa Todi continuava a funcionar como um autódromo até altas horas da madrugada. Considerou que as passadeiras recentemente instaladas não estavam a cumprir o objetivo de reduzir a velocidade do trânsito e questionou se não haveria forma de moderar, nomeadamente através da colocação de lombas. Mencionou a existência de radares de velocidade e de ruído e questionou qual era o papel das autoridades na cidade, afirmando que há muito tempo não via operações stop.

Denunciou também a obstrução constante dos passeios por veículos estacionados, obrigando os peões a circular pela via pública. Concluiu que tudo se mantinha na mesma, expressando que se tratava de um desabafo e questionando a utilidade da sua intervenção. Terminou com a expressão: "*quem não pode, não promete*".

Sr. Presidente – Informou que as questões colocadas pelo munícipe tinham sido devidamente registadas. Relativamente à Avenida Luísa Todi, esclareceu que toda a via estava equipada com passadeiras elevadas (lombas) e que se encontravam a ser alvo de alterações, em virtude de recomendações das forças de segurança, nomeadamente das forças de emergência. Explicou que as lombas anteriormente instaladas não eram adequadas à circulação de ambulâncias, pelo que, no âmbito da sua substituição, as novas passadeiras mantêm o efeito de lomba, mas com menor impacto sobre os veículos de emergência.

Acrescentou que a Câmara Municipal dispõe de técnicos especializados que, para além da sua formação e experiência, estão atentos às preocupações manifestadas pela população. A questão da circulação das ambulâncias foi sublinhada como uma matéria de elevada sensibilidade para o executivo. Informou ainda que apenas no ano anterior foi possível concretizar o investimento necessário para a substituição das passadeiras.

Relativamente à falta de policiamento, reconheceu a existência de carências em várias zonas do concelho, sublinhando que tal situação não se devia aos agentes policiais, mas sim a decisões de âmbito governamental que resultaram na redução do número de efetivos da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana, com as consequências conhecidas.

Referiu que as passadeiras existentes na Avenida Luísa Todi eram suficientes e que a colocação de lombas estava sujeita à legislação em vigor. Sublinhou que todos deveriam respeitar-se mutuamente, com especial destaque para o respeito pelas autoridades, mas alertou que estas deveriam dispor de condições para o exercício das suas funções, o que atualmente não sucedia.

Recordou que, há cerca de dois anos e meio, tinha informado a então Secretária de Estado da Administração Interna de que o número de efetivos da Polícia de Segurança Pública no concelho de Setúbal estava a diminuir significativamente. Em resposta, o Secretário de Estado informou que tinha sido aberto um concurso para a admissão de cerca de dois mil agentes, dos quais alguns seriam colocados em Setúbal. Contudo, numa das reuniões com representantes da PSP e da GNR, foi-lhe transmitido que, embora fossem divulgados os números de entrada no concurso, não era dito quantos elementos estavam de saída, o que colocava em causa a reposição efetiva dos quadros.

Críticou essa forma de gestão da segurança pública, considerando-a deliberada, e destacou que, posteriormente, eram as autarquias que acabavam por ser responsabilizadas por situações que ultrapassavam as suas competências. Sublinhou que as competências das autarquias estavam legalmente definidas, sendo muitas vezes objeto de discordância por parte do executivo municipal, mas, vivendo-se num Estado de Direito, havia o dever de as cumprir.

Informou ainda que, segundo o protocolo da visita, tinha sido convidado para uma sessão em que o senhor Primeiro-Ministro se deslocaria a Setúbal para proceder à entrega de viaturas às corporações do distrito.

Informou que, no final da sessão anteriormente referida, alguém lhe terá comunicado que, para todo o distrito de Setúbal, tinham sido distribuídos apenas dois veículos. Referiu que, segundo informações recolhidas, sempre que os Bombeiros eram chamados a intervir, procediam à sua atuação e de imediato contactavam a força de segurança competente — a GNR ou a PSP, conforme a área de jurisdição. Indicou que verificava regularmente a hora da chamada e a hora de chegada da força de segurança ao local, o que permitia aferir a real disponibilidade de meios humanos e de mobilidade dessas entidades.

Disse ter reunido anteriormente com a Secretária de Estado do Governo do Partido Socialista e, no ano anterior, com a Ministra da Administração Interna, tendo ambas transmitido a informação de que estavam a decorrer concursos para admissão de novos elementos. No

entanto, referiu que esses concursos tinham revelado limitações significativas na sua eficácia, tendo mesmo sido necessário alterar os regulamentos, nomeadamente no que respeita à idade dos candidatos, bem como face à falta de atratividade das condições salariais praticadas na administração pública.

Referiu ainda que a Câmara Municipal de Setúbal tinha concursos de recrutamento abertos que, após percorrerem toda a tramitação legal, ficavam praticamente desertos, e que, muitas vezes, no final do processo — passados dois ou três meses — os candidatos já tinham encontrado outras oportunidades. Sublinhou que os salários praticados na Administração Pública eram inferiores aos de outras entidades não sujeitas às mesmas regras, o que contribuía para que muitos jovens optassem pela emigração.

Alertou que, caso a Lei das Finanças Locais não fosse revista, não sabia como iriam as autarquias manter a sua capacidade de resposta. Sublinhou ainda a urgência em criar melhores condições para os trabalhadores da Administração Pública, com remunerações condignas, referindo que cerca de 60% dos trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal recebiam o salário mínimo. Questionou, a propósito, quantos trabalhadores de empresas privadas estariam atualmente nessa situação.

Sr. José – Afirmou que havia muitas situações que poderiam ser objeto de fiscalização e que, no entanto, não eram devidamente fiscalizadas. Referiu, em particular, que não se verificava qualquer tipo de intervenção policial com vista ao controlo da velocidade de circulação. Acrescentou que, mesmo com um número reduzido de efetivos, seria certamente possível realizar, pelo menos uma vez por ano, uma operação de controlo de velocidade.

Sr. Presidente – Relativamente à questão do ruído, informou o munícipe que o Regulamento do Ruído tinha sido recentemente alterado. Sempre que as queixas eram apresentadas aos serviços competentes, eram desencadeados os procedimentos necessários para a realização da medição do ruído, com vista à adoção das medidas legalmente previstas. Caso a situação apresentada pelo senhor José Oliveira devesse ser analisada pelos serviços especializados, foi solicitado que efetuasse a respetiva denúncia, para que a Câmara Municipal pudesse agir dentro das suas competências.

Foi ainda referido que muitas das questões referidas pelo munícipe extravasavam o âmbito de atuação da autarquia, tratando-se de matérias de carácter geral cuja responsabilidade cabia a outras entidades. No entanto, a Câmara Municipal acabava por sofrer as consequências dessas situações e, dentro das suas possibilidades, procurava encontrar respostas para os problemas apresentados pelos munícipes.

A propósito da transferência de competências no domínio da Educação, foi referido que essa transferência foi feita sem que tivessem sido assegurados os meios financeiros necessários, tendo sido transferidas para os municípios escolas em estado muito degradado. A transferência resultou de um acordo entre o Governo da altura e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no qual estava prevista a garantia de financiamento das escolas identificadas no protocolo. A situação atual era considerada muito triste e foi sublinhada a importância de não se ficar calado perante estas realidades, sendo necessário manifestar a indignação e exigir que quem tem responsabilidade para resolver os problemas o faça.

Sr. José – Referiu que foi precisamente por essa razão que se dirigiu à reunião de Câmara.

Sr. Presidente – Agradeceu a presença do senhor José Oliveira. Sugeriu que o munícipe identificasse concretamente a situação relativa ao ruído na Rua do Gás e que posteriormente a transmitisse aos serviços competentes, os quais, certamente, fariam a respetiva avaliação. Referiu que, nas reuniões que realiza com regularidade com os comandantes da PSP e da GNR, poderia sinalizar aquela zona para que fosse objeto de maior atenção, apesar das conhecidas limitações de recursos humanos e materiais dessas forças de segurança, dificuldades essas que estavam devidamente identificadas. Sublinhou que a relação institucional da Câmara Municipal com aquelas entidades contribuía significativamente para a



30731

resolução de determinadas situações mais complexas. Reiterou o agradecimento pela presença do senhor José e informou que o problema ficava registado, sendo certo que os serviços haveriam de o contactar após a devida verificação da situação reportada.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e vinte e sete minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 13 de agosto de 2025, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 31 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Presidente da Câmara.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



António Manuel Palhas de Jesus Pereira

Elaborada por:
Vitor Marcos

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
António Pereira